



CARGO: ADVOGADO

- Verifique se este caderno de questões corresponde ao cargo ao qual você concorre e se ele contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha com 5 alternativas cada (A, B, C, D e E). Caso o caderno de questões esteja incompleto, possua qualquer defeito ou apresente alguma divergência ao cargo que você concorre, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido;
- No momento da identificação, **verifique o cartão resposta** e se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, peça ao fiscal de sala corrigir em ata;
- **Você dispõe de 4 (quatro) horas para realizar a prova objetiva;**
- Na duração da prova, está incluso o tempo destinado à entrega do material de prova e ao preenchimento do cartão resposta;
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identificação e a caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- **Não é permitido durante a realização da prova:** a) equipamentos eletrônicos como calculadoras, MP3, MP4, telefone celular, tablets, notebook, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e/ou qualquer aparelho similar; b) livros, anotações, réguas de cálculo, dicionários, códigos e/ou legislação impressos que não estejam expressamente permitidos ou qualquer outro material de consulta; c) relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc;
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não sejam os permitidos;
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização;
- Somente após decorrida 1 (uma) hora após início da prova você poderá se retirar da sala de aplicação de prova;
- Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o caderno de prova e o cartão resposta devidamente assinados e deixe o local de prova;
- **O candidato não poderá levar consigo o caderno de questões, poderá levar somente a anotação de gabarito e destacá-la abaixo;**
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente caderno de prova e no cartão resposta poderá implicar na anulação da sua prova;
- Tenha calma para não prejudicar seu desempenho e boa prova.

NOME COMPLETO:[illegible]

01) Analise o poema a seguir, de Fernando Pessoa:

"Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu."

Considerando os mecanismos de coesão presentes no texto, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O termo "Tudo" retoma uma informação apresentada anteriormente no poema.
- (B) A conjunção "Se" estabelece uma relação de condição entre as ideias expressas nos versos.
- (C) O pronome "nele" refere-se à palavra "céu", evitando sua repetição.
- (D) A conjunção "Mas" introduz uma ideia de explicação em relação ao verso anterior.
- (E) O termo "Quem" funciona como elemento de conclusão do raciocínio apresentado no poema.

02) Leia o trecho do poema Vinicius de Moraes, extraído do *Soneto de Fidelidade* (1946):

"Que não seja imortal, posto que é chama,
Mas que seja infinito enquanto dure."

A partir da leitura do trecho, é possível inferir que o eu lírico:

- (A) Acredita que o amor verdadeiro deve durar para sempre, independentemente das circunstâncias.
- (B) Considera que a intensidade do amor é mais importante do que sua duração permanente.
- (C) Defende que os relacionamentos amorosos são necessariamente breves e superficiais.
- (D) Rejeita a ideia de que o amor possa proporcionar felicidade ao ser humano.
- (E) Afirma que a fidelidade depende exclusivamente da duração do relacionamento.

03) O bullying é um problema que afeta milhares de estudantes em diferentes contextos escolares. Apelidos ofensivos, exclusão social e agressões verbais podem causar impactos emocionais significativos, comprometendo o desenvolvimento e o bem-estar das vítimas. Por isso, a conscientização e o respeito às diferenças são fundamentais para a construção de um ambiente escolar mais saudável.

Com base nos conhecimentos sobre som e fonema, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A palavra "respeito" possui o mesmo número de letras e de fonemas.
- (B) A palavra "milhares" possui mais fonemas do que letras.
- (C) A palavra "bullying" possui menos fonemas do que letras.
- (D) A palavra "agressões" apresenta mais letras do que fonemas, em razão da presença do dígrafo "ss".
- (E) A palavra "diferenças" possui o mesmo número de letras e fonemas, pois toda letra corresponde a um único fonema.

04) Assinale a alternativa em que a pontuação está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa:

- (A) Os candidatos que estudaram com dedicação obtiveram bons resultados.
- (B) Os candidatos, que estudaram com dedicação obtiveram bons resultados.
- (C) Os candidatos que estudaram, com dedicação obtiveram bons resultados.
- (D) Os candidatos que estudaram com dedicação, obtiveram bons resultados.
- (E) Os candidatos, que estudaram, com dedicação obtiveram bons resultados.

05) Considerando as normas da língua portuguesa relativas ao emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que completa CORRETAMENTE as lacunas:

Em um relatório institucional sobre políticas de inclusão, um servidor redigiu o seguinte trecho: "A universidade passou a oferecer apoio permanente ____ estudantes com deficiência, garantindo acesso ____ tecnologias assistivas e promovendo ações voltadas ____ melhoria das condições de aprendizagem."

- (A) a – à – à.
- (B) à – a – à.
- (C) a – a – à.
- (D) à – à – a.
- (E) à – à – à.

06) Leia o trecho a seguir: "Enquanto observava a manga mais bonita do pomar, percebi que a manga do meu jaleco havia se prendido em um galho."

Considerando a classificação gramatical das palavras empregadas no contexto, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Nas duas ocorrências, a palavra "manga" pertence à classe dos adjetivos, pois acompanha substantivos e atribui-lhes características.
- (B) Na primeira ocorrência, "manga" exerce função de verbo, indicando uma ação no contexto da observação do pomar.
- (C) Na primeira ocorrência, "manga" funciona como pronome indefinido, enquanto na segunda ocorre como substantivo concreto.
- (D) Embora apresente significados diferentes nas duas ocorrências, a palavra "manga" pertence à mesma classe gramatical: substantivo.
- (E) A diferença de significado entre as ocorrências de "manga" implica mudança obrigatória de classe gramatical.

07) "O combate ao bullying nas escolas exige conscientização, diálogo e acompanhamento constante por parte da comunidade escolar."

Com base no trecho acima e nos conhecimentos sobre dígrafos, assinale a alternativa em que a palavra apresenta um dígrafo:

- (A) Combate.
- (B) Escolas.
- (C) Diálogo.
- (D) Acompanhamento.
- (E) Parte.

08) No contexto das transformações tecnológicas contemporâneas, novas palavras são frequentemente incorporadas ao léxico da língua portuguesa. Considerando as palavras a seguir e com base nos processos de formação de palavras da língua portuguesa, assinale a alternativa CORRETA:

- I - Infeliz.**
- II - Passatempo.**
- III - Planalto.**
- IV - Aguardente.**

- (A) As palavras I e II são formadas por derivação prefixal.
- (B) As palavras II e III são formadas por composição por justaposição.
- (C) As palavras III e IV são formadas por composição por aglutinação.
- (D) As palavras I e IV são formadas por derivação parassintética.
- (E) As palavras I, II, III e IV são formadas pelo mesmo processo de formação.

09) “A gestão pública precisa de transparência, de planejamento, de responsabilidade e, sobretudo de ética.”

Considerando o uso da vírgula no texto acima e os possíveis efeitos de sentido decorrentes da pontuação, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A vírgula antes de “e, sobretudo de ética” está incorreta, pois não se separa o último elemento de uma enumeração coordenada por “e”.
- (B) O uso da vírgula após “sobretudo” está incorreto, pois o termo exerce função de adjunto adnominal restritivo.
- (C) A vírgula antes de “e, sobretudo de ética” é obrigatória para indicar a elipse do verbo “precisa” na última oração.
- (D) A vírgula após “responsabilidade” é opcional e pode ser suprimida sem qualquer alteração de sentido ou estrutura sintática.
- (E) A pontuação está correta, pois a vírgula antes de “sobretudo” enfatiza um elemento de caráter explicativo e enfático dentro da enumeração.

10) A expansão das tecnologias digitais trouxe benefícios significativos para a sociedade, como a ampliação do acesso à informação e a facilitação da comunicação. No entanto, o uso indiscriminado dessas ferramentas também tem gerado desafios, entre eles a disseminação de notícias falsas. Diante desse cenário, torna-se necessário investir em educação midiática, pois somente cidadãos capazes de analisar criticamente os conteúdos que consomem poderão contribuir para uma sociedade mais informada e democrática.

Considerando a organização das ideias e a finalidade comunicativa do texto apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Predomina a tipologia narrativa, pois o texto relata uma sequência de acontecimentos organizados temporalmente.
- (B) Predomina a tipologia descritiva, uma vez que o texto caracteriza detalhadamente as tecnologias digitais e seus usuários.
- (C) Predomina a tipologia injuntiva, pois o autor apresenta instruções para o uso adequado das tecnologias digitais.
- (D) Predomina a tipologia argumentativa, uma vez que o autor apresenta uma tese e argumentos para defendê-la.
- (E) Predomina a tipologia expositiva, pois o texto se limita à apresentação neutra de informações, sem posicionamento do autor.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

11) Uma imobiliária especializada realizou as seguintes locações no último mês:

TIPO DE IMÓVEL	QUANTIDADE DE LOCAÇÕES
Apartamento padrão	16
Studio	21
Loft	14
Kitnet	18
Sobrado	6
Casa	19

Considerando as informações da tabela, a tipologia modal neste mês foi em qual tipo de imóvel?

- (A) Casa.
- (B) Sobrado.
- (C) Studio.
- (D) Loft.
- (E) Kitnet.

12) A nova caixa d'água de uma creche deverá ter capacidade mínima de 10.000 litros de água. A tabela abaixo demonstra cinco modelos de caixas em formato de paralelepípedo:

MODELO	COMPRIMENTO	LARGURA	ALTURA
A	2,5 m	2,0 m	1,5 m
B	2,5 m	2,5 m	1,5 m
C	2,5 m	2,0 m	2,0 m
D	1,5 m	1,5 m	2,5 m
E	3,0 m	3,0 m	1,0 m

Devido à restrição da capacidade mínima de 10.000 litros, assinale a alternativa que apresenta o modelo que deve ser escolhido:

- (A) D.
- (B) E.
- (C) A.
- (D) C.
- (E) B.

13) Uma impressora tem capacidade de realizar 45 impressões por minuto. Se para um evento será necessária a realização de 12.000 impressões, e esta mesma máquina será utilizada, o tempo para a realização desse trabalho será de:

- (A) 4h 26 minutos e 40 segundos.
- (B) 4h 15 minutos e 45 segundos.
- (C) 4h 36 minutos e 20 segundos.
- (D) 4h 25 minutos e 15 segundos.
- (E) 4h 10 minutos e 45 segundos.

14) Alessandra comprou uma moto elétrica no mês de abril, mas devido a uma mudança de domicílio, resolveu vender a moto, e o valor da venda foi de R\$ 2.730,70. Se ela havia pago na moto R\$ 3.120,80, o percentual de desconto em relação ao valor de compra foi de:

- (A) 10,75%.
- (B) 10,95%.
- (C) 11,50%.
- (D) 12,50%.
- (E) 12,95%.

15) Seu Agenor produz mesas e cadeiras de madeira, onde obtém lucro de R\$ 150,00 em cada cadeira que produz e de R\$ 300,00 em cada mesa produzida. Porém, ele trabalha sozinho e não consegue atender muitos pedidos simultaneamente. Certo dia, 5 pedidos chegaram na mesma hora, e como não consegue atender a todos, deu preferência para o que terá maior lucro. Com base nestas informações, qual alternativa apresenta a escolha de Seu Agenor?

- (A) O pedido para produzir 10 cadeiras e 3 mesas.
- (B) O pedido para produzir 8 cadeiras e 4 mesas.
- (C) O pedido para produzir 6 cadeiras e 5 mesas.
- (D) O pedido para produzir 4 cadeiras e 6 mesas.
- (E) O pedido para produzir 11 cadeiras e 3 mesas.

16) O Brasil possui 81 senadores, e para aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), precisa que 3/5 dos votos sejam favoráveis, sendo que a proposta possui dois turnos de votação. De acordo com o número de senadores, a quantidade mínima de votos para obter a aprovação é de:

- (A) 41 votos.
- (B) 42 votos.
- (C) 45 votos.
- (D) 46 votos.
- (E) 49 votos.

17) Seu Pedro trabalha em uma empresa de locação de máquinas utilizadas na construção civil, onde recebe um salário fixo de R\$ 2.400,00 mais R\$ 80,00 por locação que realiza. Considerando estes dados, quantas máquinas Seu Pedro precisa locar para que em um mês tenha um salário de R\$ 5.600,00?

- (A) 35 máquinas.
- (B) 40 máquinas.
- (C) 45 máquinas.
- (D) 50 máquinas.
- (E) 55 máquinas.

18) Uma sequência numérica tem 100 termos, e cada um deles, com exceção do primeiro, obtém-se somando o termo anterior com três unidades. Sabendo que o quarto termo desta sequência é 11, qual das opções seguintes NÃO pode fazer parte desta sequência numérica?

- (A) 20.
- (B) 29.
- (C) 50.
- (D) 60.
- (E) 65.

CONHECIMENTOS GERAIS

19) Preencha as lacunas com a alternativa CORRETA:

Nas Eleições Gerais de 2026, marcadas para 4 de outubro, o eleitorado brasileiro fará seis escolhas na urna eletrônica. Os deputados federais e os deputados estaduais são eleitos pelo sistema _____, no qual a distribuição das cadeiras considera a votação obtida por partidos e federações. Já o presidente da República, os governadores e os senadores são escolhidos pelo sistema _____, que elege diretamente os candidatos mais votados. Neste pleito, o Senado Federal terá dois terços de suas cadeiras renovadas, razão pela qual cada eleitor deverá votar em _____ candidatos diferentes para essa casa legislativa.

- (A) Proporcional/majoritário/dois.
- (B) Majoritário/proporcional/dois.
- (C) Proporcional/distrital/três.
- (D) Majoritário/proporcional/três.
- (E) Distrital/majoritário/dois.

20) Em novembro de 2025, o Brasil sediou a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, encontro que reuniu representantes de quase duas centenas de Partes signatárias da convenção climática da ONU e que marcou os dez anos do Acordo de Paris. Sobre essa conferência e seus desdobramentos, marque V para VERDADEIRO ou F para FALSO e assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

() A conferência foi realizada em Belém, no estado do Pará, e é apontada como a primeira Conferência do Clima das Nações Unidas sediada em território amazônico.

() O conjunto de decisões aprovado ao final do encontro ficou conhecido como Pacote de Belém e reuniu compromissos em áreas como transição justa, financiamento da adaptação, gênero e tecnologia.

() O plano brasileiro para o fundo climático foi aprovado por adesão unânime de todos os países presentes, com anúncio imediato de trezentos bilhões de dólares já depositados, resultado saudado como a maior vitória da diplomacia brasileira em conferências ambientais.

() A conferência determinou que o Brasil proíba o uso de petróleo em todo o território nacional até 2035, substituindo-o exclusivamente por biocombustíveis produzidos na Amazônia.

(A) V-F-V-F.

(B) V-V-F-F.

(C) F-V-V-F.

(D) F-F-V-V.

(E) V-V-V-V.

21) Encerrada a edição de 2026, a atenção do futebol mundial se voltou para a próxima Copa do Mundo FIFA masculina, marcada para 2030 e apresentada pela entidade como a mais espalhada da história do torneio. O Mundial celebrará o centenário da competição, cuja primeira edição foi realizada em 1930, e por isso terá partidas inaugurais na América do Sul, com um jogo no Uruguai, um na Argentina e um no Paraguai. Os demais 101 confrontos, contudo, serão disputados em outros três países, situados na Europa e na África, que concentrarão a estrutura da competição. Qual das alternativas abaixo se refere aos três países que receberão a maior parte dos jogos dessa edição?

(A) Itália, Grécia e Turquia.

(B) França, Bélgica e Argélia.

(C) Espanha, Portugal e Marrocos.

(D) Alemanha, Áustria e Tunísia.

(E) Inglaterra, Irlanda e Egito.

22) Em 2026, concluída a tramitação no Congresso Nacional, a Presidência da República sancionou lei que determinou a inscrição do nome de um esportista brasileiro no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, obra gravada em páginas de aço e mantida no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. A homenagem, criada em 1992 e reservada a personalidades com papel relevante na defesa ou na construção do país, alcançou um piloto que conquistou três títulos mundiais de Fórmula 1, somou 41 vitórias em Grandes Prêmios e morreu em 1994, aos 34 anos, em acidente durante o Grande Prêmio de San Marino, disputado no circuito de Ímola, na Itália. Qual das alternativas abaixo se refere ao esportista homenageado por essa lei?

(A) Ayrton Senna.

(B) Emerson Fittipaldi.

(C) Nelson Piquet.

(D) Rubens Barrichello.

(E) José Carlos Pace.

23) A política comercial do Mercosul passou por um período de intensa movimentação entre 2023 e 2026, com a conclusão e a assinatura de tratados que ampliaram de forma expressiva a rede de parceiros do bloco sul-americano. Segundo o governo brasileiro, a parcela do comércio exterior do país beneficiada por preferências tarifárias deve saltar de cerca de 12% para mais de 30% com a entrada em vigor desses instrumentos, que abrangem mercados da Europa e da Ásia. As negociações, algumas iniciadas ainda na década de 1990, trataram de acesso a mercados, serviços, compras governamentais, propriedade intelectual e comércio eletrônico. Sobre o tema, com quais parceiros o Mercosul efetivamente firmou acordos de livre-comércio? Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I - Estados Unidos, maior economia do mundo e um dos principais destinos das exportações industriais brasileiras.

II - União Europeia, bloco formado por 27 países e um dos maiores mercados consumidores do planeta.

III - Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), integrada por Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

IV - Singapura, cidade-Estado do Sudeste Asiático e importante centro logístico e financeiro da região.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas I, III e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

24) Em outubro de 2025, o Comitê Norueguês do Nobel anunciou em Oslo a escolha da laureada do Prêmio Nobel da Paz daquele ano: uma engenheira industrial e ex-parlamentar, apontada pelo comitê por sua atuação na oposição ao governo de Nicolás Maduro. A decisão foi seguida de controvérsia. A Casa Branca criticou publicamente o comitê, sustentando que a honraria deveria ter sido concedida ao presidente Donald Trump, enquanto a própria escolhida dedicou o prêmio ao mandatário norte-americano, gesto que levou analistas a questionar o uso político da premiação. Já o Instituto Nobel norueguês registrou que um prêmio anunciado não pode ser revogado, compartilhado nem transferido a terceiros. Sobre o tema, assinale a alternativa abaixo que se refere à laureada com o Prêmio Nobel da Paz de 2025:

- (A) Malala Yousafzai.
- (B) Rigoberta Menchú.
- (C) Nadia Murad.
- (D) Narges Mohammadi.
- (E) María Corina Machado.

25) Recentemente, a Câmara Municipal de Boa Esperança do Iguaçu aprovou por unanimidade projeto do Poder Executivo que atualizou a legislação local sobre proteção e defesa civil. A nova lei estruturou o conjunto de órgãos responsáveis pela prevenção, pela preparação e pela resposta a desastres no território municipal, prevendo entre seus dispositivos uma coordenadoria, um conselho e um fundo destinado a situações de calamidade pública, cuja regulamentação será feita por decretos, portarias e demais atos oficiais. Qual das alternativas abaixo se refere à estrutura criada por essa lei municipal?

- (A) Comissão Municipal de Enfrentamento às Violências.
- (B) Serviço de Inspeção Municipal.
- (C) Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil.
- (D) Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.
- (E) Sistema Municipal de Meio Ambiente.

26) No curso de um processo legislativo municipal, um grupo de cidadãos correspondente a 5% do eleitorado de Boa Esperança do Iguaçu/PR apresentou proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal visando alterar regras relativas à fiscalização popular. Após regular tramitação, a proposta foi submetida a dois turnos de votação na Câmara Municipal. Com base na Lei Orgânica do Município de Boa Esperança do Iguaçu, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A proposta de emenda à Lei Orgânica somente pode ser apresentada por, no mínimo, um terço dos vereadores ou pelo Prefeito Municipal, sendo vedada a iniciativa popular.
- (B) A proposta de emenda à Lei Orgânica será considerada aprovada se obtiver maioria absoluta dos votos dos vereadores em dois turnos de votação.
- (C) A proposta popular de emenda à Lei Orgânica será considerada aprovada se obtiver, em ambos os turnos, o voto favorável de dois terços dos vereadores.
- (D) Após aprovada pela Câmara Municipal, a emenda à Lei Orgânica deverá ser encaminhada ao Prefeito Municipal para sanção ou veto no prazo de quinze dias úteis.
- (E) A proposta popular de emenda à Lei Orgânica exige a subscrição de 6% do eleitorado municipal e aprovação por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

27) Acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) da Câmara Municipal de Boa Esperança do Iguaçu/PR, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Para a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, exige-se requerimento subscrito por um terço dos vereadores e aprovação de dois terços do plenário.
- (B) As Comissões Parlamentares de Inquérito podem ser criadas por iniciativa exclusiva do Presidente da Câmara Municipal.
- (C) O prazo para que órgãos da administração direta ou indireta prestem informações requisitadas por CPI é de quinze dias, improrrogáveis.
- (D) As Comissões Parlamentares de Inquérito não podem requisitar documentos nem realizar diligências em repartições públicas municipais.
- (E) As testemunhas intimadas por CPI não possuem obrigação legal de comparecer, tratando-se de mera faculdade.

28) O Prefeito Municipal pretende alienar um imóvel pertencente ao Município para uma entidade privada. Diante disso, a Procuradoria-Geral do Município foi consultada acerca dos requisitos exigidos pela Lei Orgânica para a validade do ato. Com base na Lei Orgânica do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A alienação de bem imóvel municipal depende da existência de interesse público devidamente justificado, prévia avaliação e licitação, ressalvadas as hipóteses de dispensa previstas na própria Lei Orgânica.
- (B) A alienação de bens imóveis municipais depende exclusivamente de autorização legislativa, sendo dispensáveis a avaliação prévia e a licitação.
- (C) A doação de bem imóvel municipal pode ser realizada sem imposição de encargos ao donatário e sem cláusula de retrocessão.
- (D) A aquisição de bens imóveis pelo Município por compra ou permuta independe de avaliação prévia e de autorização legislativa.
- (E) A concessão de direito real de uso de bens imóveis municipais pode ser efetuada livremente pelo Prefeito, independentemente de autorização legislativa ou concorrência.

29) O Prefeito Municipal pretende delegar diversas atribuições administrativas aos seus Secretários Municipais, mediante decreto. Ao analisar a legalidade da medida, o Procurador do Município observou que algumas competências são indelegáveis segundo a Lei Orgânica Municipal. Nesse contexto, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O Prefeito pode delegar a competência para vetar, total ou parcialmente, projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal.
- (B) O Prefeito não pode delegar a competência para prover cargos públicos, por se tratar de atribuição expressamente indelegável.
- (C) O Prefeito pode delegar a competência para convocar extraordinariamente a Câmara Municipal.
- (D) O Prefeito pode delegar a competência para encaminhar anualmente à Câmara relatório sobre a situação do Município, suas finanças e seus serviços.
- (E) Todas as atribuições do Prefeito Municipal podem ser delegadas aos Secretários Municipais, desde que mediante decreto devidamente fundamentado.

30) Após sucessivas avaliações de desempenho, os superiores de determinado servidor em estágio probatório concluíram que ele não demonstrava aptidão para o exercício das atribuições do cargo. Diante disso, surgiu a discussão sobre os requisitos para aquisição da estabilidade e as consequências da reprovação no estágio probatório. Com base no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A estabilidade é adquirida após dois anos de efetivo exercício, independentemente de avaliação de desempenho.
- (B) A avaliação e aprovação do servidor por Comissão instituída para essa finalidade em estágio probatório constitui condição necessária para a aquisição da estabilidade.
- (C) Durante o estágio probatório será realizada apenas uma avaliação obrigatória de desempenho.
- (D) Constatada a inaptidão do servidor para o exercício das atribuições do cargo, a exoneração poderá ocorrer imediatamente, independentemente de processo administrativo.
- (E) Os ocupantes de cargos em comissão adquirem estabilidade após três anos de exercício.

31) Um servidor público municipal pretende requerer licença para tratar de interesses particulares. Durante a análise do pedido, surgem questionamentos acerca dos requisitos, prazo e condições para sua concessão. Com base no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A licença para tratar de interesses particulares será concedida obrigatoriamente a todo servidor que a requerer, desde que esteja em exercício há mais de um ano.
- (B) A licença para tratar de interesses particulares poderá ser concedida pelo prazo máximo de um ano, vedada qualquer prorrogação.
- (C) O servidor poderá afastar-se imediatamente após protocolar o pedido de licença, independentemente de deferimento da Administração.
- (D) Não será concedida licença para tratar de interesses particulares ao servidor em estágio probatório.
- (E) A licença para tratar de interesses particulares será sempre remunerada, desde que não ultrapasse doze meses.

32) Acerca da caracterização dos atos de improbidade administrativa após as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A prática de ato culposo que cause lesão ao erário é suficiente para caracterizar improbidade administrativa.
- (B) A voluntariedade da conduta do agente público é suficiente para a configuração do dolo exigido pela Lei de Improbidade Administrativa.
- (C) A responsabilidade por improbidade administrativa pode decorrer do mero exercício da função pública, ainda que não haja demonstração de finalidade ilícita.
- (D) Divergência interpretativa da lei somente afasta a improbidade administrativa quando houver jurisprudência pacificada dos tribunais superiores.
- (E) Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas na Lei de Improbidade Administrativa, não bastando a mera voluntariedade do agente para a caracterização do dolo.

33) No âmbito dos processos de denúncia e representação perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, determinado cidadão apresentou denúncia regularmente formulada acerca de supostas irregularidades em contrato administrativo firmado por um município. Durante a tramitação do feito, surgiram dúvidas quanto aos direitos do denunciante e ao procedimento previsto na Lei Orgânica do TCE/PR. Com base na Lei Complementar Estadual nº 113/2005 (Lei Orgânica do TCE/PR), assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A denúncia poderá ser formulada inclusive de forma anônima, desde que acompanhada de documentos que indiquem a existência de irregularidade.
- (B) A denúncia tramitará em sigilo permanente, mesmo após o trânsito em julgado da decisão final.
- (C) O denunciante não é considerado parte interessada no processo, razão pela qual não possui legitimidade recursal.
- (D) A denúncia somente poderá ser oferecida por agente público ou por órgão de controle interno da Administração Pública.
- (E) Ao denunciante é assegurada a condição de parte interessada, tanto para acompanhar a instrução processual quanto para interpor os recursos previstos em lei.

34) Ao apreciar determinado processo de prestação de contas, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná verificou a ocorrência de impropriedades formais que não causaram dano ao erário nem comprometeram a execução do programa governamental. Diante disso, surgiu discussão acerca da classificação das contas e dos efeitos da decisão. Com base na Lei Complementar Estadual nº 113/2005 (Lei Orgânica do TCE/PR), assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As contas serão julgadas irregulares sempre que houver qualquer impropriedade formal, ainda que não resulte dano ao erário.
- (B) As contas somente poderão ser julgadas regulares ou irregulares, não existindo categoria intermediária prevista na Lei Orgânica.
- (C) As contas serão julgadas regulares com ressalva quando evidenciarem impropriedade ou falta de natureza formal da qual não resulte dano ao erário ou à execução do programa, sendo dada quitação ao responsável e determinadas medidas corretivas.
- (D) Julgadas as contas regulares com ressalva, o responsável será automaticamente condenado ao pagamento de multa administrativa.
- (E) O julgamento das contas como regulares com ressalva impede a emissão de quitação ao responsável, até que sejam integralmente corrigidas as impropriedades apontadas.

35) É sabido que o regime jurídico-administrativo é orientado por princípios que podem ser classificados em explícitos, quando expressamente previstos na Constituição ou na legislação, e implícitos, quando extraídos do sistema constitucional e reconhecidos pela doutrina e pela jurisprudência. Considerando essa distinção, bem como as disposições da Constituição Federal e da legislação correlata, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência são princípios expressamente previstos na Constituição Federal, sem prejuízo da incidência de princípios implícitos, como a segurança jurídica e a proteção da confiança legítima.
- (B) O princípio da eficiência é princípio implícito do regime jurídico-administrativo, não possuindo previsão expressa na Constituição Federal.
- (C) O princípio da supremacia do interesse público possui previsão expressa no caput do art. 37 da Constituição Federal.
- (D) O princípio da segurança jurídica não possui qualquer reconhecimento legal no ordenamento jurídico brasileiro, constituindo mera construção doutrinária.
- (E) O princípio da proteção da confiança legítima é expressamente previsto na Constituição Federal.

36) A Constituição Federal prevê a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal editar súmulas vinculantes com o objetivo de conferir maior uniformidade à interpretação constitucional e reduzir a multiplicação de controvérsias sobre determinada matéria. Considerando as disposições constitucionais relativas às súmulas vinculantes, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante depende do voto favorável da maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal.
- (B) A súmula vinculante pode ser editada pelo Supremo Tribunal Federal após única decisão sobre matéria constitucional, desde que reconhecida sua relevância jurídica.
- (C) A eficácia vinculante da súmula alcança apenas os órgãos do Poder Judiciário, não se estendendo à Administração Pública.
- (D) A aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante depende do voto favorável de dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal.
- (E) As súmulas vinculantes possuem eficácia vinculante apenas em relação à Administração Pública Federal.

37) A Constituição Federal disciplina as hipóteses de aquisição da nacionalidade brasileira originária e derivada, bem como as situações que podem acarretar sua perda. Considerando exclusivamente as disposições constitucionais sobre nacionalidade, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil, independentemente de registro em repartição brasileira.
- (B) A naturalização ordinária exige residência ininterrupta no Brasil por, no mínimo, quinze anos e ausência de condenação penal.
- (C) A Constituição Federal autoriza distinção entre brasileiros natos e naturalizados em qualquer hipótese prevista em lei ordinária.
- (D) O brasileiro nato poderá ser extraditado em caso de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes praticado após a naturalização.
- (E) A perda da nacionalidade brasileira será sempre automática na hipótese de aquisição voluntária de outra nacionalidade.

38) Os bens podem ser analisados não apenas isoladamente, mas também em relação a outros bens, circunstância em que o Código Civil disciplina as categorias de pertenças, frutos, produtos, benfeitorias e partes integrantes. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As pertenças integram o bem principal de modo inseparável, razão pela qual não podem ser destacadas sem destruição, modificação ou dano.
- (B) Consideram-se frutos os bens que, embora renováveis, acarretam diminuição da substância da coisa principal em razão de sua extração periódica.
- (C) Salvo disposição legal em contrário, os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertenças.
- (D) Os produtos distinguem-se dos frutos porque sua percepção acarreta diminuição da substância da coisa principal, não se renovando periodicamente.
- (E) São necessárias as benfeitorias que têm por finalidade proporcionar mero recreio ou aumento do deleite na utilização do bem.

39) O Código Civil estabelece hipóteses em que o curso do prazo prescricional pode ser suspenso, impedido ou interrompido, produzindo consequências distintas sobre a contagem do prazo. Considerando as disposições legais acerca da suspensão e da interrupção da prescrição, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A interrupção da prescrição pode ocorrer inúmeras vezes, desde que fundada em causas distintas previstas em lei.
- (B) A interrupção da prescrição somente poderá ocorrer uma vez, recomeçando a correr da data do ato que a interrompeu ou do último ato do processo para interrompê-la.
- (C) A prescrição corre normalmente entre os cônjuges na constância da sociedade conjugal, salvo disposição contratual em sentido contrário.
- (D) A interrupção da prescrição produz efeitos exclusivamente em relação à pessoa que a promoveu, não alcançando os demais credores ou devedores.
- (E) Não corre prescrição contra o ausente do país, independentemente de estar em serviço público.

40) João, domiciliado em Curitiba/PR, propõe ação de reparação de danos decorrentes de acidente automobilístico ocorrido em Londrina/PR contra Pedro, domiciliado em Maringá/PR. Não havendo cláusula de eleição de foro e tratando-se de competência territorial, assinale a alternativa CORRETA conforme as disposições do Código de Processo Civil:

- (A) A ação deverá ser proposta exclusivamente no foro do domicílio do réu, sendo vedada qualquer outra opção ao autor.
- (B) A competência para a ação de reparação de danos decorrente de acidente de veículo é absoluta e, por isso, pode ser reconhecida de ofício pelo magistrado em qualquer tempo e grau de jurisdição.
- (C) O autor poderá ajuizar a demanda no foro de seu domicílio ou no local do fato, tratando-se de regra especial de competência territorial prevista no Código de Processo Civil.
- (D) A ação deverá ser ajuizada necessariamente no foro do local do acidente, por se tratar de competência funcional.
- (E) O autor poderá escolher livremente qualquer foro do território nacional, desde que demonstre maior conveniência para a produção de provas.

41) Em ação de cobrança ajuizada por determinada empresa contra um Município, o ente público sustenta que eventual condenação decorre de cláusula contratual cuja responsabilidade, por força de contrato administrativo específico, deve ser suportada integralmente por empresa terceirizada que não integra a relação processual. Diante disso, o Município pretende trazer a referida empresa para o processo, a fim de exercer pretensão de regresso no mesmo feito. À luz das disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A denunciação da lide é obrigatória nessa hipótese, sob pena de perda do direito de regresso em ação autônoma.
- (B) O chamamento ao processo é a modalidade adequada para que o Município exerça direito regressivo contra a empresa terceirizada.
- (C) A assistência simples é cabível, mas somente mediante requerimento formulado pelo autor da demanda.
- (D) A denunciação da lide é admissível para o exercício do direito regressivo em face daquele que estiver obrigado, por lei ou contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.
- (E) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica constitui modalidade de intervenção apta a viabilizar a pretensão regressiva do Município contra a empresa terceirizada.

42) Em ação ajuizada por servidor público municipal visando à imediata reintegração ao cargo do qual foi exonerado, o autor requer a concessão de tutela provisória de urgência, alegando a existência de elementos que demonstram a ilegalidade do ato administrativo e o risco de danos decorrentes da perda de sua remuneração. Considerando as disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A tutela de urgência somente pode ser concedida após a citação da parte contrária e a realização de audiência prévia de justificação.
- (B) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- (C) A tutela antecipada de urgência poderá ser concedida mesmo quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- (D) A concessão da tutela de urgência independe da demonstração de perigo de dano quando o pedido estiver fundamentado em direito provável.
- (E) A tutela provisória de urgência possui natureza exclusivamente cautelar, não admitindo a antecipação dos efeitos da tutela final.

43) Joana trabalha há cinco anos para determinada empresa. Nos últimos meses, o empregador deixou reiteradamente de efetuar os depósitos do FGTS e passou a atrasar o pagamento dos salários. Diante da situação, a empregada pretende encerrar o vínculo empregatício sem perder os direitos inerentes à dispensa sem justa causa. Considerando as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A empregada somente poderá rescindir o contrato por iniciativa própria, sem direito às verbas rescisórias típicas da dispensa sem justa causa.
- (B) A empregada poderá pleitear a rescisão indireta do contrato de trabalho, em razão do descumprimento das obrigações contratuais pelo empregador.
- (C) A rescisão indireta somente é cabível quando o empregador pratica falta tipificada como crime.
- (D) O não recolhimento do FGTS e o atraso salarial autorizam apenas a aplicação de multa administrativa, não justificando a resolução do contrato de trabalho.
- (E) Reconhecida a falta patronal, o contrato será convertido automaticamente em pedido de demissão.

44) Uma empresa do ramo de entretenimento pretende contratar Lucas, de 17 anos de idade, para exercer atividades em horário compreendido entre 22h30 e 4h30, sob o argumento de que o empregado já concluiu o ensino médio e possui autorização expressa de seus pais. Considerando as disposições da CLT sobre a proteção do trabalho do menor, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O trabalho é permitido, desde que haja autorização dos pais ou responsável legal.
- (B) O trabalho é permitido, desde que o menor já tenha concluído a educação básica obrigatória.
- (C) O trabalho é vedado, pois ao menor de 18 anos não é permitido o trabalho noturno, independentemente de autorização dos pais ou conclusão dos estudos.
- (D) O trabalho é permitido se o empregador conceder adicional noturno em percentual superior ao previsto em lei.
- (E) O trabalho somente dependerá de autorização judicial, hipótese em que poderá ser livremente realizado.

45) Maria é empregada pública de uma sociedade de economia mista estadual, regida pela CLT. Seu cônjuge, servidor público estadual, foi transferido de ofício, no interesse da Administração Pública, para outro município. Em razão disso, Maria requereu sua transferência para a mesma localidade, onde a empregadora mantém unidade administrativa regularmente instalada. À luz das disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O pedido de transferência somente poderá ser deferido se houver interesse da Administração Pública empregadora e concordância do empregador.
- (B) O direito à transferência alcança apenas os empregados públicos federais, não se aplicando aos empregados vinculados aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios.
- (C) A transferência é possível e seu deferimento depende da existência de filial ou representação da empregadora na localidade para a qual se pretende a transferência, devendo a movimentação ocorrer dentro do mesmo quadro de pessoal.
- (D) A transferência é garantida pela legislação trabalhista e implica, obrigatoriamente, promoção funcional e alteração do quadro de pessoal do empregado transferido.
- (E) O empregado da administração pública possui mera expectativa de direito à transferência, cabendo ao empregador decidir discricionariamente sobre a conveniência e oportunidade da medida.

46) Determinado contribuinte realizou operação econômica posteriormente declarada nula pelo Poder Judiciário em razão de vício existente no negócio jurídico. Apesar da invalidação do ato, a Fazenda Pública sustenta que o tributo incidiu normalmente, pois o fato previsto na legislação tributária ocorreu efetivamente. À luz das disposições do Código Tributário Nacional acerca do fato gerador, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A nulidade do negócio jurídico impede a ocorrência do fato gerador e afasta automaticamente a exigência do tributo.
- (B) A ocorrência do fato gerador depende da validade jurídica do ato praticado pelo contribuinte.
- (C) Somente os atos jurídicos plenamente válidos podem produzir efeitos tributários.
- (D) A definição legal do fato gerador deve considerar os efeitos jurídicos posteriores atribuídos ao ato praticado pelo contribuinte.
- (E) A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, bem como dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

47) Em reclamação trabalhista ajuizada perante a Justiça do Trabalho, as partes celebraram acordo após a instrução processual. Nada foi convencionado acerca da responsabilidade pelo pagamento das custas processuais. Considerando as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho sobre custas e emolumentos, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As custas deverão ser suportadas integralmente pelo reclamado.
- (B) As custas deverão ser suportadas integralmente pelo reclamante.
- (C) Homologado o acordo, as custas processuais deixam de ser devidas, salvo previsão expressa em sentido contrário.
- (D) Na ausência de convenção em sentido diverso, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.
- (E) As custas serão sempre calculadas sobre o valor originalmente atribuído à causa, ainda que haja acordo com valor diverso.

48) Pedro adquiriu, mediante escritura pública de compra e venda, um imóvel urbano localizado no Município Alfa. Considerando as disposições do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A base de cálculo do ITBI é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos, considerado como o valor pelo qual o bem ou direito seria negociado à vista, em condições normais de mercado.
- (B) A base de cálculo do ITBI corresponde sempre ao valor declarado pelas partes no instrumento de transmissão, independentemente das circunstâncias do caso concreto.
- (C) A base de cálculo do ITBI é o maior valor entre o constante da escritura pública e o valor venal utilizado para tributação do IPTU.
- (D) A base de cálculo do ITBI corresponde ao custo histórico de aquisição do imóvel atualizado monetariamente até a data da transmissão.
- (E) A base de cálculo do ITBI corresponde necessariamente ao valor venal utilizado para fins de lançamento do IPTU.

49) Em reclamação trabalhista submetida ao rito ordinário, o Juiz do Trabalho proferiu sentença extinguindo o processo sem resolução do mérito. Inconformado, o reclamante pretende impugnar a decisão perante a instância superior. Considerando as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho acerca dos recursos, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Da sentença cabe agravo de petição, a ser interposto no prazo de 8 dias.
- (B) Da sentença cabe recurso de revista ao Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 8 dias.
- (C) Da sentença cabe agravo de instrumento, independentemente da existência de decisão denegatória de recurso.
- (D) Da sentença cabe embargos ao Tribunal Regional do Trabalho, no prazo de 8 dias.
- (E) Da sentença definitiva ou terminativa proferida pela Vara do Trabalho cabe recurso ordinário para a instância superior, no prazo de 8 dias.

50) Carlos faleceu deixando patrimônio a ser partilhado entre seus herdeiros. Na data do óbito, existiam débitos tributários regularmente constituídos em seu nome. Considerando as disposições do Código Tributário Nacional acerca da responsabilidade tributária dos sucessores, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Os herdeiros respondem integralmente pelos tributos do falecido, ainda que o valor da herança recebida seja inferior ao montante da dívida tributária.
- (B) Com a abertura da sucessão, extinguem-se automaticamente os créditos tributários devidos pelo falecido.
- (C) O cônjuge meeiro responde ilimitadamente pelos tributos do falecido, independentemente do valor da meação recebida.
- (D) O espólio responde apenas pelos tributos constituídos após a abertura da sucessão.
- (E) O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro respondem pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada a responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação.